



REPÚBLICA DE ANGOLA

SECRETARIADO CONSELHO DE MINISTROS

COMUNICADO DE IMPRENSA

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros realizou hoje, dia 13 de Maio de 2025, a sua 4.^a Reunião Ordinária, na Sala de Reuniões do Gabinete de Gestão Documental e Biblioteca da Secretaria-Geral dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, sob orientação da Ministra de Estado para Área Social, **Maria do Rosário Teixeira de Alva Sequeira Bragança**, no âmbito da competência que lhe foi delegada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

A Comissão para a Política Social fez uma primeira abordagem sobre o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento sobre a Produção, Importação, Comercialização e Uso de Produtos e Materiais de Plástico de Utilização Única, instrumento jurídico que visa integrar no ordenamento jurídico angolano medidas tendentes a reduzir o consumo desses bens e consequentemente o impacto negativo sobre o ambiente, tendo recomendado o aprofundamento da matéria para enriquecimento do diploma.

Na Reunião de hoje, relativamente ao Sector da Juventude e Desportos, a Comissão para a Política Social, efectuou, igualmente, uma primeira abordagem sobre o Projecto de Decreto Presidencial que cria a Agência Nacional Antidopagem (ANAD) e aprova o seu Regime Jurídico, entidade que visa assegurar a efectiva aplicação das disposições estabelecidas pelo Código Mundial Antidopagem e nas Normas Internacionais da Agência Mundial Antidopagem, no sentido de promover e conduzir a educação cultural e moral dos cidadãos, bem como a protecção da saúde dos atletas, do pessoal de apoio e demais agentes desportivos, através da luta contra o uso de substâncias e métodos proibidos.

Ainda no Sector da Juventude e Desportos, a Comissão para a Política Social decidiu adiar a discussão do Projecto de Decreto Presidencial que cria o Conselho de Disciplina Antidopagem e aprova o seu Regime Jurídico, sendo este um órgão que visa garantir a eficácia e a celeridade processual no tratamento de violações das normas antidopagem, assegurar decisões fundamentadas e em conformidade com os padrões internacionais, promover a credibilidade das decisões disciplinares junto da comunidade

desportiva nacional e internacional e reforçar o compromisso de Angola com o desporto limpo e ético.

A Comissão para a Política Social tomou conhecimento do Projecto de Emprego e Oportunidades para Jovens em Angola, instrumento que visa apoiar intervenções que melhorem o emprego, a produtividade, o rendimento e a experiência profissional dos jovens, ajudando-os no acesso às melhores oportunidades e capacitando-os para se tornarem inovadores e criadores de emprego ao longo do tempo. O projecto será implementado a nível nacional, terá como alvo, jovens dos 16 aos 35 anos e prevê beneficiar cerca de quinhentos mil (500 000) cidadãos nas suas diferentes iniciativas, sendo pelo menos 40% mulheres e 6% pessoas com deficiência.

Na reunião de hoje, a Comissão para a Política Social tomou conhecimento do ponto de situação dos projectos do sector social financiados pelos parceiros Internacionais multilaterais de Cooperação no ano de 2024, designadamente o Banco Mundial (BM) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com destaque para os progressos alcançados, os desafios enfrentados e as perspectivas para o reforço da cooperação para o ano 2025.

Finalmente, a Comissão para a Política Social tomou conhecimento da situação da cólera no País, tendo constatado que, até ao momento, a taxa de letalidade cumulativa é de 3.1%. Contudo na última semana, de 4 a 10 do mês e ano em curso, epidemiologicamente, o número de casos reportados reduziu em -12%, com 1.656 novos casos de cólera, e o número de óbitos reduziu em -21%, com 27 óbitos reportados.

As Províncias com maior número de casos são, Luanda com 6.328 (32%), Benguela com 4.380 (22%), Bengo com 2.991 (15%), Cuanza-Norte com 2.037 (10%) e Icolo e Bengo com 1.150 (6%), sendo o grupo mais afectado constituído por crianças menores de 10 anos, que totalizam 27% dos Casos.

A Comissão para a Política Social foi informada que continuam a ser tomadas medidas para a erradicação da cólera no País, com destaque para a garantia da oferta de água potável em qualidade e quantidade suficiente; o acesso da população aos serviços de diagnóstico e tratamento; a criação de condições de saneamento adequadas; a recolha, tratamento e descarte adequado dos resíduos; assim como a promoção da vigilância epidemiológica de indivíduos sintomáticos e áreas afectadas.

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA DO SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS, em Luanda, aos 13 de Maio de 2025.